

Congresso perdido desestabiliza FHC

O impasse entre o governo e o Congresso em torno da votação de um fundo de emergência considerado vital para o plano de estabilização da economia é reflexo de uma monumental desagregação das forças políticas.

O governo está enfraquecido, sem forças para impor a sua vontade a um Congresso igualmente debilitado. Paga o preço de não ter um coordenador político competente, papel que os ministros da Justiça e da Casa Civil e os líderes do governo na Câmara e no Senado não conseguem executar.

O presidente da República não é coordenador, é presidente. E o ministro da Fazenda, de tanto ser coordenador político, acaba não sendo nem uma coisa nem outra. Sua capacidade de negociação, de transigência e de resistência política chegou ao limite.

O amável Fernando Henrique Cardoso do sorriso de aeromoça, na definição de Antônio Carlos Magalhães, substituiu por dois tiros no escuro o pulo do gato que se acostumou a dar a cada obstáculo ao seu plano de salvação nacional.

Primeiro, está mesmo disposto a ir embora se o Congresso não aprovar o tal fundo de emergência. Passando recibo da condição de primeiro-ministro, Fernando Henrique acha que se o Congresso lhe nega instrumentos que considera decisivos para consertar a economia não tem razão para continuar no governo.

Se o parlamentarismo que ele defende tivesse sido implantado no Brasil, o ministro cairia, mas o Parlamento também seria dissolvido e se convocariam novas eleições. Na falta disso, o ministro deu o segundo tiro no escuro. Sem reconhecer crédito ao deputado Miro Teixeira, autor da idéia, Fernando Henrique propôs a convocação de uma nova Constituinte.

Pode ser diversionismo para abrir um atalho no bombardeio dos candidatos a presidente da República ao plano que viabilizaria a trajetória de um concorrente de respeito, como pode ser também já uma plataforma do candidato Fernando Henrique

Cardoso. De qualquer maneira, é, como o outro tiro, uma alternativa de ruptura.

O ministro da Fazenda, segundo vários interlocutores, jogaria a sua cartada final na próxima semana. Espera até quarta-feira que o Congresso lhe dê os chamados instrumentos necessários para baixar a inflação. Se perder, a Quarta-Feira de Cinzas seria antecipada em uma semana.

O Congresso fica contra o governo não porque queira, mas porque está perdido. Fragilizado pela roubalheira da Comissão de Orçamento e pelo processo em andamento de cassação de apenas 18 parlamentares, que golpearam profundamente o PMDB — partido que desde a queda do regime militar, em 1985, servia de equilíbrio institucional —, o Congresso está também fragmentado pelos interesses de todo tipo que deságuam na revisão constitucional.

Já não se tem saudade lá apenas de doutor Ulysses Guimarães, que durante a Constituinte de 1987-88 tinha autoridade moral e estatura política para conduzir o Parlamento no grito e na marra, se fosse necessário. Já se tem saudade até de Genivaldo Correia, que encobria desvios éticos apontados pela CPI do Orçamento com uma reconhecida habilidade de negociador político.

Um Congresso que de repente é obrigado, como constatou ontem o deputado Paulo Delgado, a se aplicar o princípio fabril de corte de ponto dos parlamentares que faltam às votações está regredindo a uma forma primitiva de organização.

Com uma representação tão desorientada, ou tão apodrecida como disse o governador Ciro Gomes, o Congresso tornou-se presa fácil dos candidatos a presidente da República antes de assumir o papel que lhe cabe na crise econômica.

A sensação que se tem é a de que o Congresso discute tudo, principalmente a eleição presidencial deste ano, mas não o que incomoda o resto do país: uma inflação embicando para 50% ao mês.